



Anais da Assembléia

Nº 98

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 17 DE AGOSTO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** - 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** - 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** - 01: Jocelito Canto.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 072ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 1995

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Garcia, secretariada pelos Senhores Deputados Techy Filho e Cesar Seleme.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Alvanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cesar Silvestri, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Neivo Beraldin, Cleiton Kielse, Emerson Nerone e Renato Adur (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Nelson Garcia) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2276

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Resolução n° 039/95.

Sala das Sessões, em 17.08.95.

(a) JOÃO TECHY

REQUERIMENTO N° 2277

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Regime de Urgência ao Projeto de Resolução n° 040/95.

Sala das Sessões, em 17.08.95.

(a) JOÃO TECHY

REQUERIMENTO N° 2278

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sentido de proceder reparos no telefone público n° 266-8878, que está instalado na Rua Cuia-bá, n° 1464 - Vilas Oficinas. Segundo os usuários o telefone encontra-se com defeito nas teclas há mais de quinze dias dificultando a vida dos moradores da região.

Sala das Sessões, em 17.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2279

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANE-PAR, no sentido de implantar rede de esgoto na Rua Hugo Rinzelmann - Campina do Siqueira, próximo ao n° 100. O pedido está sendo feito pelos moradores, que pedem urgência nesse benefício, pois segundo eles, estão dependendo tão somente da implantação da rede de esgoto para fazerem calçadas em frente as suas residências.

Sala das Sessões, em 17.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2280

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba, no sentido de intensificar fiscalização nas linhas de ônibus que atendem Almirante Tamandaré, pois recebemos inúmeras reclamações quanto ao excesso de velocidade. Pode estar ocorrendo falta de veículos na linha, culminando com atrasos onde os motoristas vêm-se obrigados a desenvolver velocidade excessiva para cumprir horário.

Sala das Sessões, em 17.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2281

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente,

Curitiba, quinta, em 17.08.95

usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Prefeitura Municipal de Piraquara, no sentido de que a mesma instrua ao departamento competente dessa Prefeitura a fim de que seja procedido o manilhamento dos lotes de nº 21 e 22, com Indicações Fiscais nºs 51.030.0171.001 e 51.030.0183.001, respectivamente, localizados na Quadra 8, Rua 1, da Planta Deodoro.

Informamos ainda, que em anos anteriores, a Prefeitura realizou obras de escoamento de águas pluviais, desembocando nos referidos lotes. Pede-se que o manilhamento seja executado o mais breve possível, uma vez que os proprietários desses terrenos estão necessitando deles.

Para maiores informações, favor contactar com a Senhora Alice do Rocio Ladinsky pelo telefone de nº 254-8713.

Sala das Sessões, em 17.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2283

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação solicitando a revogação das Resoluções nºs 1733-1861/93 e 1097/94, ambas de 25 de fevereiro de 1994 e o Ato Administrativo Disciplinar nº 006/94, de 19 de setembro de 1994, publicado no D.O. nº 4371, de 21 de outubro de 1994, todos daquela Secretaria de Estado, que puniu os professores Clayton Antonio Bentivenha e José Kasnodzei.

Sala das Sessões, em 17.08.95.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Os professores citados lecionam em Ponta Grossa e foram punidos por supostas declarações críticas ao então Secretário de Estado da Educação, Elias Abrahão. A Comissão de Processo Disciplinar instaurada inocentou ambos os professores. O Conselho do Magistério também os absolveu. Mesmo assim eles foram injustamente punidos com base nos Estatutos do Funcionalismo e do Magistério.

Os mencionados professores gozam da mais alta respeitabilidade naquela comunidade tanto profissional como pessoalmente e serão cerceados no direito de concorrer à eleição para Diretor se aquela injusta punição não for anulada.

REQUERIMENTO Nº 2282

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ao Senhor Secretário de Estado do

Meio Ambiente o seguinte pedido de informações:

1 - quais as providências já tomadas e as em andamento em relação à denúncia contra a empresa Moura, Seeling & Cia. Ltda. referente ao armazenamento e aterramento de resíduos industriais químicos e tóxicos no Município de Quitandinha, neste Estado?

2 - aquela Secretaria fiscaliza a entrada e a circulação de resíduos industriais químicos e tóxicos no Estado do Paraná? Como é feita essa fiscalização?

3 - aquela Secretaria tem registro da entrada de resíduos industriais químicos e tóxicos no Estado do Paraná? Qual o destino desses resíduos?

Sala das Sessões, em 17.08.95.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

O Movimento Popular por Quitandinha está denunciando a empresa Moura, Seeling & Cia. Ltda. por armazenar e aterrar resíduos químicos e tóxicos na localidade de São Gabriel, no Município de Quitandinha, neste Estado.

Os fatos até agora verificados evidenciam a omissão na fiscalização desse tipo de atividade em nosso Estado.

Com as informações solicitadas pretendemos realizar estudos de providências para que estes fatos não se repitam e coloquem o meio ambiente e a vida dos paranaenses em risco.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 041/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, para que a população decida sobre a criação do Município de Ferraria, desmembrado do Município de Campo Largo, conforme divisas e confrontações abaixo descritas:

1 - Com o Município de Almirante Tamandaré:

Inicia no rio Verde no Açude dos Limas, deste ponto segue em linha reta no sentido geral Sudeste até a foz do rio Cachoeira no rio Passaúna;

2 - Com o Município de Curitiba:

Inicia na foz do rio Cachoeira no rio Passaúna, desce por este até a foz do Arroio Enéias;

3 - Com o Município de Araucária:

Inicia no rio Passaúna na foz do Arroio Enéias, sobe por este até a sua cabeceira, deste ponto segue em linha reta na direção geral Sul até a cabeceira do Arroio Cachoeira, deste ponto segue em linha reta na direção geral Noroeste até encontrar a cabeceira do Arroio Pessegueiro,

desce por este até sua foz no rio Verde;

4 - Com o Município de Campo Largo:

Inicia na foz Arroio Pessegueiro no rio Verde, sobe por este até encontrar o Açude dos Limas.

MEMORIAL DESCRITIVO DO QUADRO URBANO DE FERRARIA

Estrada Dom Pedro no cruzamento com a estrada Nova Riviera, segue pela estrada Nova Riviera até o marco PM-9, deste até os marcos 8 e 7, destes até o marco PM-6, no limite da propriedade de João Tosatto e Planta Bom Jardim, desta divisa até o marco PM-5 na Estrada Mato Grosso, segue por esta até o marco PM-4 na Planta Vila Torres, contornando-a até o marco PM-3 na estrada para Olaria Santa Lúcia, deste ponto segue até o marco PM-2 na estrada Ferraria-Bolinete, deste em linha reta e seca até o marco PM-1, deste ponto até o divisor de águas do Rio Verde e Rio Passaúna, seguindo este divisor sentido norte até a estrada Dom Pedro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.95.

(aa) DUÍLIO GENARI

ALBANOR GOMES

RICARDO CHAB

Apoiamento: Nereu Alves de Moura.

JUSTIFICATIVA:

Busca a comunidade de Ferraria, conjuntamente, a emancipação político-administrativa, para com autonomia gerir seu próprio desenvolvimento e consolidar o seu progresso econômico e social.

Trata-se de um Distrito que se desenvolveu ao longo de sua existência, graças à dedicação e trabalho de sua gente pioneira, que soube muito bem transformar a região na mais pujante produtora agrícola e com isso despertaram interesse que fez o pequeno povoado crescer e se tornar no grande e desenvolvido distrito.

A estatística mostra que quase 11.000 pessoas residem e geram riquezas em Ferraria, deste total quase 5.000 tem residência na demarcada área urbana, que somam 1.247 domicílios.

Tem população, existe comércio, indústrias, produção agrícola e pecuária e outras atividades que comprovam todo o seu potencial econômico-financeiro, para o seu pleno funcionamento e desenvolvimento; tem capacidade de oferta de ensino público fundamental; tem infra-estrutura básica, no tocante a abastecimento de água potável, energia elétrica e serviços de telefonia e ainda, capacidade de oferta de serviços públicos de saúde. Tem enfim, todas as condições exigidas por lei para a sua emancipação.

Solicitamos apoio e aprovação do presente projeto de resolução, pois assim, a Assembléia Legislativa do Estado fará inteira justiça para aquela população ordeira, trabalhadora, cumpridora de seus deveres e muito capaz.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 319/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Vila Leonice - ALEALU, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.95.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária de Vila Leonice - ALEALU é uma associação civil, fundada em 10 de agosto de 1979, nesta Capital, onde tem sua sede e foro, de tempo indeterminado de duração, composta de sócios da Vila Leonice e regiões circunvizinhas, sem distinção de nacionalidade, culto, sexo, raça e interesses políticos.

São objetivos da Associação: promover a autodeterminação da população de Vila Leonice e regiões circunvizinhas através de sua participação na organização e melhorias da comunidade; desenvolver programas educacionais, recreativos, desportivos e beneficentes.

Tendo em vista os motivos supra citados, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI N° 320/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária de Apoio ao CAIC - ACAC, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão, localizada à rua Angra dos Reis, esquina com rua Taubaté.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.95.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária de Apoio ao CAIC - ACAC, fundada em 18 de dezembro de 1993, encontra-se registrada sob n° 1.118 do Livro A-2, do Cartório de Títulos e Do-

cumentos - Pessoas Jurídicas, da Comarca de Francisco Beltrão.

Como se observa dos seus Estatutos, a ACAC foi criada com os objetivos específicos de auxiliar o CAIC (Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente), possui personalidade jurídica, está em efetivo funcionamento desde a sua fundação, prestando desinteressadamente serviços à comunidade. Por outro lado, não tem fins lucrativos e não remunera, a qualquer título, sua diretoria ou seus membros, já tendo sido declarada de Utilidade Pública Municipal, pela Lei n° 2358/95.

Pelo exposto e pela documentação em anexo, preenchidos os requisitos legais, confiamos na aprovação do presente projeto para que a ACAC seja declarada de Utilidade Pública Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Garcia) - Não há expediente a ser lido.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria aqui, para deixar registrado, que ontem tivemos uma audiência na região macro noroeste, no Estado do Paraná, regiões 9, 10, 11 e 12, com o Governo do Estado do Paraná, com o Presidente Regional e também com o Presidente das microrregiões.

Estiveram presentes os representantes da Cidade de Umuarama, Deputado Nelson Garcia; o representante da Cidade de Cianorte, Deputado Edno Guimarães; também da região de Maringá estiveram presentes Deputados Marquinhos Alves e também Joel Coimbra; região de Paranavaí o Deputado Walmor Trentini; e a região de Campo Mourão o Deputado Nelson Tureck. E saímos muito satisfeitos, contentes dali, pelo programa, pelas palavras amigas, pelas palavras de esperança do nosso Governador Jaime Lerner, principalmente da nossa região, onde diz respeito a ponte de Guaíra, a ponte de Camargo, duplicação da estrada de Campo Mourão a Maringá, de Maringá também a Umuarama, a Estrada Boiadeira.

E falar em Boiadeira, uma estrada há mais de quarenta anos prometida por Governos anteriores. Época de eleições se faziam as medições, vai sair a estrada e até hoje não saiu. Foi feito na administração anterior uma terraplenagem e que até hoje foi perdido todo aquele serviço. E até agora, com o Governo Jaime Lerner e principalmente os Deputados que representam essas cidades. Nós, sem sombra de dúvidas, essas prioridades, essas reivindicações, sairão para o fortalecimento da região macro Noroeste do Estado do Paraná e também fortalecimento do Paraná, do nosso Go-

vernador Jaime Lerner.

Aos Deputados que ali se fizeram presentes e também àqueles Deputados que apoiam todas aquelas reivindicações, aqueles projetos desse Legislativo, queremos ser solidários, porque estamos nesta Casa de Leis para fazer um trabalho à altura dos nossos municípios, principalmente região por região.

Valeu essa reunião, valeu esse encontro, onde nós, os Deputados que estamos apoiando o Governo, podemos sentir de perto a vontade do Governo de trabalhar e dizer mais uma vez, uma situação tão difícil que encontramos hoje, não só o Estado do Paraná, não só também os municípios do Estado do Paraná, e quando também ouvimos ontem dizendo que o Paraná é um dos Estados, hoje, que teve a maior arrecadação dos últimos Governos.

Queria apenas deixar registrado nesta Casa, a maior arrecadação dos últimos Governos e quando fui Prefeito de Luiziana - foi na época do Presidente da República, o Senhor José Sarney - onde tínhamos uma inflação de 84%, e a folha de pagamento isso era repassado ao funcionalismo público. Mesmo com a inflação, o dinheiro vinha do FBM, o dinheiro vinha do ICMS. E hoje vemos aí o FBM cada dia, todo mês, baixando, o ICMS cada vez menor. Já estamos vendo muitas Prefeituras que já estão com seus salários de funcionários atrasados. Uma recessão muito grande e esperamos, realmente, que em pouco tempo o Brasil volte a crescer, volte a produzir, volte à geração de empregos para que nosso trabalhador tenha emprego. Porque nosso trabalhador não quer esmola de ninguém. E estamos vendo o incentivo do nosso Governador, Jaime Lerner, com a industrialização daquele interior aonde teremos um Paraná forte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Algumas denúncias foram levadas à imprensa paranaense sobre depósito de lixo industrial, resíduos químicos e tóxicos, nos trouxe uma série de preocupações.

Ontem recebemos a visita do Engenheiro Agrônomo Mauro Alves de Souza, que nos procurou na condição de representante do movimento popular na defesa de Quitandinha, que se iniciou já há alguns meses, naquela cidade. E o agrônomo procurou, também, a liderança de todos os partidos desta Casa, fazendo a mesma denúncia.

O que nos preocupa que, de repente, nosso Estado esteja se transformando em depósito de lixo tóxico e resíduos industriais de outros Estados, na medida em que

ambientalistas acabam nos dando conta que está entrando uma quantidade enorme desses resíduos industriais tóxicos do Estado de São Paulo e Santa Catarina. E dizem que a Companhia de Saneamento Industrial de São Paulo registra saída de 14 mil toneladas de material tóxico para o Paraná.

Nos preocupa que o nosso Instituto Ambiental não esteja fazendo o controle desse material e que casos como Quitandinha estejam ocorrendo em outras cidades. A denúncia que o Movimento Popular por Quitandinha nos traz, é contra uma empresa Moura F. Cia. Ltda., que tendo obtido uma licença da antiga SURHEMA, em 17 de outubro de 91, licença concedida para a criação de uma estação de armazenamento, Macedônia, mas deixando claro, na licença, que essa estação tem o sentido de coleta e aproveitamento de resíduos industriais inertes: ferro velho que não tem agressão ao meio ambiente. Que não tem agressão ao meio ambiente ou uma agressão muito menor.

E ainda: coloca-se na licença da SURHEMA que a empresa deve apresentar cadastro industrial complementar e projeto de tratamento e disposição dos resíduos industriais. Ela não fez isso. Com base nessa licença conseguiu um alvará da Prefeitura. Um ano depois, mudou o tipo de atividade, prestação de serviço, não apenas ferro velho, mas, também, para resíduos industriais, estação de coleta e reaproveitamento. E a Prefeitura lhe deu outro alvará, apenas uma revisão do primeiro alvará, o que configura, claramente, o depósito irregular de resíduos industriais com apoio da própria Prefeitura de Quitandinha.

A Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária entrou com uma ação no Instituto Ambiental do Paraná - em 93, denunciando o depósito de materiais de resíduos tóxicos naquela área. No entanto, o IAP apenas autuou a empresa e não impediu a continuidade dos seus serviços.

É nesse sentido que o Movimento Popular de Quitandinha vem reivindicar do IAP a interdição desse depósito clandestino, irregular. O IAP apenas autuou, não interditou, e porque o IAP não deu resposta concreta, num curto espaço de tempo, o Movimento Popular entrou, também, com uma ação na Promotoria de Defesa do Meio Ambiente denunciando esses vários acontecimentos.

De nossa parte, queremos manifestar todo apoio da Bancada do PT ao Movimento Popular em Defesa de Quitandinha, estamos entrando com um requerimento para o qual pedimos o apoio de todos os Deputados, ao Instituto Ambiental do Paraná e ao Secretário do Meio Ambiente, nos seguintes termos:

"O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ao Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente o seguinte pedido de informações:

1 - quais as providências já tomadas e as em andamento em relação à denúncia contra a empresa Moura, Seeling & Cia. Ltda, referente ao armazenamento e aterramento de resíduos industriais químicos e tóxicos no município de Quitandinha, neste Estado?

2 - aquela Secretaria fiscaliza a entrada e a circulação de resíduos industriais químicos e tóxicos no Estado do Paraná? Como é feita essa fiscalização?

3 - aquela Secretaria tem registro da entrada de resíduos industriais químicos e tóxicos no Estado do Paraná? Qual o destino desses resíduos?"

Começamos, através deste requerimento, uma fiscalização no que diz respeito a defesa do meio ambiente em nosso Estado e um combate na permissividade de depósitos irregulares em...

(Término do tempo)

Para concluir, Sr. Presidente, uma das razões segundo os ambientalistas, que levam alguns empresários a realizar este tipo de atividade é o baixo custo, porque a incineração de uma tonelada de lodo galvânico ou de lixo tóxico custa em torno de mil dólares e o depósito regular desse material, segundo as normas da ABNT (?) é da ordem de 400 dólares, ao passo que esse depósito clandestino custa apenas 100 dólares.

É o lucro que leva, mais uma vez, a destruição do meio ambiente e queremos, repito, nos solidarizar, à Bancada do PT, ao Movimento Popular por Quitandinha e estaremos, a partir de hoje fazendo uma fiscalização sobre esses acontecimentos e talvez a proposição de um projeto de lei tentando impedir a continuidade dessas ações danosas ao meio ambiente do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Já usei desta tribuna nesta semana para falar a respeito da Fazenda Santa Eliana, em Rondônia, local aonde houve um despejo, dos trabalhadores sem-terra, despejo este realizado às duas horas da manhã, contrariando os dispositivos constitucionais do nosso País.

E cada vez vão chegando mais informações e demonstra que ao cumprir aquela ordem de despejo a Polícia Militar do Es-

tado de Rondônia já foi imbuída de vingança e de vontade de matar, pois naquele dia além de estar a tropa presente, levaram para o local, um hospital de campanha, o que demonstra a vontade não de fazer um despejo pacífico, como os muitos já que tem ocorrido neste País, mas sim o de cometer assassinatos ou até mesmo extermínio de algumas lideranças do Movimento Sem-Terra uma vez que encontram-se hoje cerca de 25 trabalhadores sem-terra desaparecidos e entre esses o responsável pela segurança do Movimento Sem-Terra.

Hoje em função desse massacre os trabalhadores sem-terra de todo o País, hoje e na data de amanhã, se reunirão em frente os Tribunais de Justiça de cada Estado para efetuar o seu protesto da maneira como o Tribunal de Justiça de Rondônia conduziu o processo de despejo. Primeiro temos que dizer, - e eu já disse anteriormente, - o Tribunal de Justiça ou os Tribunais dos nossos Estados são rápidos para julgar os processos de reintegração de posse e de despejo e são lentos ou com pouca vontade, ou até com má vontade na hora de julgar os assassinos dos trabalhadores sem-terra.

Neste sentido é que o Movimento Sem-Terra realiza hoje uma vigília de repúdio aos mandados do Poder Judiciário e essa vigília iniciar-se-á às 14:00 horas em frente ao Tribunal de Justiça aqui no Centro Cívico. E quero dizer que tem todo o nosso apoio esse ato do Movimento Sem-Terra porque o Tribunal de Justiça raramente, em relação aos conflitos da terra, tem cometido ou tem agido dentro da justiça. E o Governo Federal que tem dito por mais de uma vez que não há verba e não tem dinheiro para fazer os assentamentos e para fazer a reforma agrária, queremos dizer que o dinheiro existe, não existe vontade política, uma vez que o próprio BANESPA tem custado, - de acordo com as informações da imprensa hoje, - 40 milhões de reais por dia para ser sustentado com o dinheiro do erário público; e o Banco Econômico, ora estatizado, diz a imprensa ontem, noticiava em três bilhões, hoje noticia em 1 bilhão e 800 milhões de reais para socorrer aqueles que sempre foram privilegiados, seja ele governante no caso do Fleury que levou o BANESPA à falência, ou seja ele do setor privado, mas ambos os elementos fazem parte, ou governam, ou administram, ou têm as suas empresas a serviço da elite brasileira. E na hora de atender os trabalhadores rurais na reforma agrária disse que não tem dinheiro, e na hora de atender diz o Ministro Zé Eduardo, também banqueiro, que não será feito assentamento daqueles que ocupam terra.

E pergunto ao Senhor Ministro: "Quantos assentamentos teve nesse País, nos últimos anos, de trabalhadores que ficaram

aguardando na fila sem ocupar a terra?" Jamais se assenta uma família se não tiver luta, se não tiver essas ocupações. E agora dizendo que vão assentar os de Rondônia, desrespeitando essa ordem do Ministro porque houve uma tragédia, desejam os nossos governantes a tragédia à reforma agrária, é esse o desejo deles. Agora, sobre o argumento da tragédia é que vai assentar.

Exigimos uma política de reforma agrária de assentamento de todos os trabalhadores sem-terra, esteja ele ocupando a terra ou não, para que se evite a tragédia, para que se evite a morte, porque dinheiro e verba para isso tem, porque tem na hora de socorrer os banqueiros desse País que levaram e levam o País à falência, para isso tem dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eduardo Trevisan com a palavra.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Senhor Presidente, amigos Deputados.

Subo a essa tribuna para falar alguma coisa a respeito da CPI da Prostituição Infantil, que tem nossos amigos Irineu Colombo como Presidente e Durval Amaral como Relator.

A nossa CPI, da qual faço parte, e ainda que tenha faltado algumas reuniões em função de compromissos, inclusive em outras CPIs que venho participando como a CPI da SANEPAR e a CPI do Porto de Paraguaçu, é uma CPI que tem se dedicado seriamente na investigação desse tema que preocupa a todos nós. E fiz uma visita esta semana ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e numa conversa com o Presidente deste órgão, Conselheiro Nestor Baptista, ele me falava do Encontro Internacional de Fiscalização que foi realizado na Cidade de Foz do Iguaçu e procurava a partir desse Encontro, tecer alguns comentários a respeito da CPI da Prostituição Infantil, a preocupação que tinha naquela oportunidade o nosso Presidente do Tribunal de Contas e que de certa forma, ao me passar, comecei até a imaginar que possa estar acontecendo esse fato, e essa CPI tão bem intencionada, tão preocupada com o tema dessa importância, possa muitas vezes ser utilizada como instrumento para denegrir a imagem do nosso Estado do Paraná e também da nossa querida cidade de Foz do Iguaçu.

A grande verdade é que prostituição infantil existe em todo o nosso País.

Se existe em Foz, em Curitiba, existe em São Paulo, Rio de Janeiro, em Salvador, em Recife e até em escala maior. O que estamos fazendo aqui no Paraná, é dando exemplo ao País de que nos preocupamos com esse fato, criamos uma CPI e passamos a discutir o

problema e que essa instalação dessa CPI sirva de exemplo a essas outras unidades da Federação, para que também se mobilizem e passem a discutir o problema, passem a debater e também a tratar da questão como uma grave questão social.

O Jornalista Roberto Dimenstein da "Folha de São Paulo", fez um grande trabalho, profundo, visitou Regiões Norte e Nordeste do País, Recife, Salvador, São Luiz do Maranhão e constatou que o problema lá é gravíssimo, é profundo e compilou todo o seu trabalho num livro, que obteve uma grande repercussão no nosso País. Acontece que lá ninguém se movimentou, as Assembléias, os Poderes Executivos. Tudo ficou como está. Foi feita a denúncia e a vida continua, a prostituição infantil, como a prostituição de uma maneira geral continua existindo, mas nós, aqui do Paraná por força dos Deputados Sérgio Spada, Irineu Colombo, Durval Amaral que preocuparam-se com a questão e tomaram uma atitude concreta, deram iniciativa, estão discutindo o tema. O que precisa ficar bem claro, para todos os companheiros Deputados, a toda imprensa aqui presente e ao Estado do Paraná, é que se o problema existe no Paraná, existe muito mais lá em Salvador na Bahia, existe muito lá em Recife no Estado de Pernambuco. Acontece que agora, nesse mesmo momento, a existência da nossa CPI aqui tem sido notícia de primeira página em jornais de Salvador, em jornais do Recife, em jornais de Belo Horizonte, colocando o seguinte: "CPI da prostituição infantil no Paraná comprova que Foz do Iguaçu é antro de exploração de menores, é a capital nacional da AIDS..."

Acho que existe aí uma disputa até turística entre algumas capitais do País, entre alguns Estados. A gente sabe do que os nossos colegas políticos baianos são capazes de fazer, haja vista aí o episódio último do Banco Econômico, a maneira como eles jogam e a gente sabe que eles jogam pesado. Então acho que devemos deixar bem claro o seguinte: o Paraná está se preocupando, mas esse é um problema nacional.

Senhor Presidente, uso do Horário da Liderança do PTB e concedo aparte ao Deputado Sâmis.

O Sr. Sâmis da Silva - Com relação a esse episódio todo, Deputado, temos visto recentemente a Revista Veja, através de um correspondente seu, esteve em Foz do Iguaçu e foi assessorado, foi atendido pela empresa oficial de turismo em Foz do Iguaçu, a FOZTUR, que é o órgão de fomento do turismo em Foz do Iguaçu e ficou lá, cerca de uma semana e para nossa surpresa, ao lermos a Revista Veja, a edição em que saiu a matéria de Foz do Iguaçu, ele fez uma cobertura sobre os "compristas", os

sacoleiros que vão a Foz do Iguaçu e numa determinada altura da entrevista ele dizia que a Prefeitura de Foz do Iguaçu, transporta diariamente ao Paraguai, para fazer compras, cerca de dez mil sacoleiros.

Então a gente vê que tem uma "orquestração" por trás de tudo isso, para denegrir a imagem de Foz do Iguaçu, não sei se é a Bahia, ou Zona Franca, mas enfim, são organismos poderosos que estão tentando denegrir a imagem de Foz do Iguaçu. Olha, o Município de Foz do Iguaçu não tem estrutura para transportar diariamente às cidades do Paraguai, levar e trazer, dez mil sacoleiros por dia. Isso é um absurdo, o que esse jornalista colocou na sua matéria.

Também recentemente, Deputado Trevisan, o Jornal "O Estado de Minas Gerais", um jornal antigo, jornal conceituado, enviou para Foz do Iguaçu um jornalista seu e que por lá ficou durante cinco dias, mas nós sabemos quem está por detrás disso, o tal de Amauri Escudero, eu já denunciei na tribuna desta Assembléia, Presidente do PSDB, foi candidato a Deputado Estadual, fez quatrocentos e poucos votos e que arquitetou com esse jornalista, levou ele para Foz do Iguaçu e ele fez uma cobertura no Jornal O Estado de Minas de mais de três páginas sobre a prostituição infantil em Foz do Iguaçu.

Na entrevista aparece uma freira lá de Foz do Iguaçu, numa foto pousada, entregando cópia daquele dossiê ao jornalista e a irmã relata o seguinte, que Foz do Iguaçu, além de todo problema da prostituição infantil, o Prefeito Dobrandino e seu filho, Deputado Estadual, são proprietários de prostíbulos em Foz do Iguaçu.

Isso é um absurdo, daí entramos com uma queixa crime contra essa irmã, ela foi a polícia, não conseguiu falar quase nada, chorou o tempo todo na presença do delegado e afirmou dizendo que foi feita uma orquestração, que ela simplesmente pousou para a foto, não falou absolutamente nada daquilo, nós enviamos dois advogados a Belo Horizonte, onde entraram com pedido de direito de resposta e uma ação contra o jornalista.

Lá os advogados não conseguiram falar com o jornalista, o jornal apresentou um atestado de licença, de que ele estava doente e ficou um advogado durante três dias, advogado do jornal, enrolando os dois advogados que mandamos de Foz do Iguaçu.

E esse cidadão Amauri Escudero, foi quem arquitetou, que levou esse jornalista para Foz do Iguaçu para fazer esse tipo de matéria. Recentemente ele foi condenado pela justiça em Foz do Iguaçu a prestar seis meses de serviço no Lar dos

Velhinhos, serviço de jardinagem e ele já ganhou de presente um par de botas e uma enxada e gerou um protesto no Lar dos Velhinhos que não querem esse cidadão trabalhando nos finais de semana em Foz do Iguaçu.

Tenho absoluta certeza que no final desta CPI, vai-se chegar a conclusão de que há um fundinho político por detrás disso, para tentar denegrir a administração do Prefeito Dobrandino.

Mas é bom que se vá adiante, levantando-se tudo, não só em Foz do Iguaçu, mas se saiba que por trás disso também de que há interesse dos agentes de viagem, principalmente dos Estados do Nordeste, com relação a Foz do Iguaçu.

Dou-lhe toda razão, quando Vossa Excelência levanta essa questão, principalmente em relação ao Estado da Bahia.

Parabéns Deputado Trevisan.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Falo pela Liderança do PSC, agora.

O escritor Nelson Rodrigues diz o seguinte: "o brasileiro é um narciso às avessas, ele cospe na própria imagem". E o escritor russo Tolstoy, diz o seguinte: "se a gente quer ser universal a gente tem que cantar a nossa aldeia, a nossa gente, a nossa terra".

A CPI vai prestar importante serviço ao povo do Paraná, mas que ela no seu caminho não preste um desserviço ao nosso Estado, ao nosso turismo. Foz do Iguaçu se consolida como importante centro dentro do MERCOSUL, do centro turístico, econômico, existe um grande número de mercadorias que são comercializadas. Foz do Iguaçu é o segundo pólo turístico do nosso País e agora com essa possibilidade de integração dos países do CONESUL, num bloco econômico, comercial e turístico, Foz vai se fortalecer ainda mais, há uma expectativa que dos atuais doze bilhões de dólares que são comercializados todos os anos na divisa de Foz do Iguaçu com Cidade de Leste, no Paraguai, isso seja duplicado ou triplicado com a integração, com o fortalecimento do bloco econômico e que Foz do Iguaçu se consolide como segundo pólo turístico do nosso País.

Acho sem dúvida que a CPI vai prestar importante serviço ao povo do Paraná, mas que fique claro, límpido, que aqui os Deputados como Sérgio Spada, Durval Amaral, Irineu Colombo, tiveram a grandeza, a preocupação de iniciar esse trabalho, eles aqui estão se preocupando com essa questão, tomaram uma atitude concreta e mobilizadora, iniciaram e estão aí discutindo a questão, enquanto alguns Estados só se utilizam desse trabalho aqui, para tentar implantar uma disputa comercial e turística no sentido de denegrir o nosso Estado.

A gente precisa se preocupar e a imprensa também e mostrar que aqui os Deputados se preocuparam, mas que nós admiramos, torcemos e estamos lutando pelo nosso Estado.

Concedo aparte ao Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - É importante a manifestação Deputado nesta manhã sobre a CPI da prostituição, só para esclarecer alguns pontos importantes.

Em primeiro lugar essa CPI, tem sido essa Presidência, o próprio Deputado Sérgio Spada, o Deputado Durval Amaral e também Ricardo Chab, tencionados para alguns posicionamentos políticos para cá ou para lá. E temos resistido bravamente sobre essa questão. E a CPI que tem tido até uma divulgação de que era uma CPI da prostituição de Foz do Iguaçu, procuramos em todos os momentos referir-se que a CPI da prostituição é no Paraná. Tanto é que todos os documentos oficiais colocamos em destaque "No Paraná".

Até para não ser motivo de interferências políticas não é essa a intenção. Porque acima de tudo é a dignidade humana que está em jogo. Não é a imagem política desse ou daquele Parlamentar, desse ou daquele Prefeito, desse ou daquele Estado ou município. Agora convém lembrar, quero até endossar aí a preocupação do Deputado Sâmis da Silva.

Deputado Sâmis, estive em São Paulo onde no 36º Distrito Policial, se encontrava preso o cidadão chamado Osmar Borges. Fui contatado pela Rede Record - pelo Senhor Francisco Pinheiro e compareci naquele local para fazer, digamos que levantar alguns dados. E ficamos estarecidos com a seguinte informação: No Estado da Bahia hoje, segundo os levantamentos feitos pela própria Rede Record é o Estado que tem o maior número de prostituição de menores no Brasil. Onde predomina um esquema fechado de turismo sexual, o chamado prostituição de elite nos grandes hotéis. Só que não sai nenhuma imagem porque existe um cidadão que controla toda imagem da televisão que sai do Estado da Bahia que chama-se Antonio Carlos Magalhães.

Motivo de mais um desgaste político dessa manhã, porque ela é contrária inclusive as informações de que as menores são prostituídas violentamente no Estado da Bahia como mostra também a Revista Manchete quando fez o trabalho. Só que muito camuflado, muito às escondidas. Porque lá tem esse homem forte que acaba controlando. E se encontra preso o Senhor Osmar Borges que fazia filme pornográficos com meninas do Paraná, filmes clandestinos que eram vendidos em anúncios de jornais na Bahia - com os seguintes dizeres: "Fitas com ninfetas", eram vendidos em jornais.

A própria Tevê Record tem várias e várias cópias disso.

Então realmente mostra que estão deturpando o trabalho. Agora jamais vamos deixar de ser inibidos por esse tipo de atitude de colocar na vala comum de ligação política. Estamos trabalhando com a dignidade humana. E os resultados mais fortes até agora, não foi em Foz do Iguaçu, os resultados mais fortes da prostituição foi em Francisco Beltrão e Curitiba. Resultados mais palpáveis da CPI, mostra exatamente que não tem nenhum cunho político e estamos desviando disso tudo.

Mas prosseguiremos na investigação. Haveremos ainda as pessoas denunciadas em Foz do Iguaçu, vamos levantar, temos denúncias consistentes, outras nem tanto, que saberemos com decisão soberana da Comissão decidir aquilo que vamos tomar com fim de trazer um resultado positivo no relatório e possivelmente fazer um diagnóstico da situação no Paraná e vamos fazer no Brasil, por que as informações que temos são extremamente consistentes.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Utilizo o Horário do PSC.

Concedo aparte ao Deputado Durval Amaral.

O Sr. Durval Amaral - Vossa Excelência traz uma preocupação que é a preocupação de todos nós paranaenses, a preocupação com a imagem do nosso Estado, com a imagem da nossa cidade de Foz do Iguaçu que nós, em hipótese alguma podemos admitir que queiram tirar proveito político, proveito eleitoral de uma situação que é antes de mais nada, não a prostituição infantil em si, mas é a miséria, a fome, a pobreza, as desigualdades sociais que marcam o nosso País de norte a sul e que se faz sentir aqui no nosso Estado do Paraná. Total imparcialidade, nós vamos conduzir e estamos conduzindo, companheiros e colegas que compõem a CPI da Prostituição Infantil, com total imparcialidade, não particularizando cidades, mas indo além da prostituição infantil, queremos alcançar as causas que levam uma menina a ter que se prostituir para poder auxiliar, aumentando a renda familiar e pior do que isso, muito mais inaceitável, são aquelas pessoas que exploram financeiramente aquelas meninas ou meninos. Isso não podemos admitir. É o agenciamento, e esse agenciamento nós queremos coibir e não é privilégio de Foz do Iguaçu.

Por isso desviamos o foco da nossa CPI para todo o Estado do Paraná. Aonde há um caso concreto, uma evidência, por isso convocamos todos os Conselhos Tutelares do Estado do Paraná, os Conselhos Municipais da Criança, convocamos a Secretaria da Se-

gurança Pública, para que possa dar subsídios e sustentação para atuação firme e determinada da CPI da Prostituição Infantil.

Obrigado pelo aparte.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Obrigado pelo aparte, Deputado Durval Amaral.

Com o aparte, o Deputado Sérgio Spada.

O Sr. Sérgio Spada - Parabenizo Vossa Excelência por trazer ao debate dessa Assembléia, esse grave tema que é a exploração da prostituição infantil no Paraná e, de resto, é também no Brasil.

Quando requeri juntamente com o Deputado Colombo a instalação dessa CPI, não foi, em hipótese alguma, com intuito de tirar dividendos políticos a respeito dessa questão. Muito pelo contrário. Conhecedor profundo da situação de Foz do Iguaçu em questões que são inegáveis, a denúncia feita pelas entidades que subscreveram o dossiê é grave e tem que ser apurada, mas para acharmos soluções para o problema. A OAB, o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, entidades ligadas à Igreja Católica em Foz do Iguaçu que subscreveram esse documento, merecem credibilidade e respeito.

Quero parabenizar o Deputado Irineu Colombo, o Deputado Durval Amaral e o Deputado Ricardo Chab, pela atuação correta no encaminhamento dessa questão. Eu próprio abri mão de ser presidente dessa CPI exatamente para não dar conotação de que havia interesse de tirar proveito político dessa questão.

Consultado pelo Presidente Irineu Colombo se deveríamos voltar a Foz do Iguaçu para fazer a inquirição das pessoas arroladas pela CPI, sugeri que não fôssemos à Foz do Iguaçu, exatamente para evitar essa conotação política dessa questão. Agora, o problema existe, Deputado Trevisan. Acho até mais grave e Foz do Iguaçu, lamentavelmente, a minha cidade, passa por dificuldades enormes e tem problemas também nessa área. Estávamos acostumados a ver todos os dias, nos sinaleiros dos pontos mais movimentados da cidade, garotas de programa e panfletos, convidando os motoristas, acintosamente para participarem de noitadas nos motéis, nas boates e assim por adiante. Anúncios em jornais dizendo: "Participe dia tal, ou a noite tal, da Noite das Ninfetas na boate tal".

Não estou querendo responsabilizar as autoridades constituídas, em absoluto, por essa questão, por esse estado de coisas, mas a situação existe e o importante desse trabalho todo que estamos fazendo, lá na frente tiremos alguma coisa positiva para minimizarmos essa situação grave social

que nós encontramos aqui, no Paraná, e de resto em todo o Brasil. Vossa Excelência falou do que acontece no Nordeste.

Ainda esta semana tive oportunidade de ler na "Folha de São Paulo" que entidades da Bahia estão mobilizadas em fazer uma ampla campanha junto ao aeroporto, junto aos hotéis para conclamarem inclusive aos turistas estrangeiros, principalmente, para que não participem dessas orgias. Que se conscientizem que não é por aí, não é correto, não é humano, não é decente esse tipo de coisa. São coisas concretas que queremos tirar dessa CPI. Acharmos soluções para esse grave problema que efetivamente existe mas que tem que ser combatido.

Obrigado.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Obrigado Deputado Sérgio Spada e agradeço o aparte de todos os companheiros.

Acho que alguns pontos estão claros, o problema existe no Estado do Paraná, Foz é uma cidade estratégica. Evidentemente que existe um problema nacional. As causas que o Deputado Durval Amaral abordou: crise, miséria, desagregação familiar, complexos de problemas que o nosso País vive já há muito tempo.

A Assembléia Legislativa através dos Deputados: Durval Amaral, Sérgio Spada, Ricardo Chab, Irineu Colombo e muitos outros, tomaram uma atitude e iniciaram uma discussão, muito positiva. Todos nós temos a profunda confiança na integridade, na boa fé e na boa vontade de todos os membros da CPI e sabemos que ela vai prestar um serviço importante ao povo do Paraná.

Uma posição: não devemos aceitar que outras unidades da federação, que jogam como o Deputado Colombo falou, muitas vezes um jogo pesado, como ele citou um político baiano que não quero nem citar o nome que sei que ele é poderosíssimo, não deixa que as coisas sejam divulgadas como acontece, de fato, na Bahia, nosso amigo ACM. Basta ver como ele jogou no caso do Banco Econômico.

Então temos que levar o trabalho avante e chegar a uma conclusão, mas não aceitar que esta CPI seja instrumento para denegrir a imagem do nosso Estado do Paraná, da nossa querida Foz do Iguaçu. Vamos cantar nossa aldeia, vamos valorizar o nosso povo, a nossa gente, cantar os nossos valores e exaltar a nossa terra.

Por fim queria justificar o seguinte: ontem não estive presente à sessão porque estive acompanhando o Secretário da Agricultura - Hermas Brandão, numa visita ao Norte do Paraná, na minha cidade de Cornélio Procópio, houve um Fórum sobre fruticultura e em Londrina, também, um Seminário sobre fruticultura. E em Sabaudia uma

exposição de técnicas agrícolas e plantio direto. E então pude constatar o grande prestígio do Deputado e Secretário Hermas Brandão, a maneira carinhosa, atenciosa com que ele se dirige a todos, o respeito que ele já adquiriu de todos os funcionários da Secretaria e também dos agricultores de forma geral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A pedido do Deputado Nelson Garcia a Mesa registra a presença do Vereador de Umuarama Wilson, José Evangelista e o Diretor da Câmara José Romaniolli.

Com a palavra o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de fazer o registro que me traz à tribuna de agradecimento ao Governador Jaime Lerner, queria fazer rápida alusão às palavras do Deputado Nelson Tureck, que nos informa que Sua Excelência em companhia dos prefeitos de Maringá, Campo Mourão e presidentes das microrregiões do Noroeste do Paraná, e alguns apelidam de Grande Noroeste. E falou o Deputado da presença de ilustres colegas nossos àquela reunião, reiterando pleitos que esta Casa, que os Parlamentares, que os prefeitos, vereadores, lideranças do Noroeste do Paraná perseguem, reivindicam, persistem anos e pela passagem no Palácio Iguaçu de outros Governadores, a construção de duas pontes nos ligando ao Estado do Mato Grosso é uma aspiração de anos, a duplicação de rodovias, das nossas rodovias, talvez agora, com a proposta do Governador Jaime Lerner, inclusive já solicitando do Ministério dos Transportes, conseqüentemente do Governo Federal, que transfira, que entregue ao Governo do Paraná a responsabilidade da conservação e manutenção das grandes rodovias que procura o Governo do Estado, além da sua conservação, das estradas, de conservá-las, de mantê-las, duplicá-las também.

Portanto, Deputado Nelson Tureck, V. Exa. que está sempre nesta tribuna e nesta Casa, defendendo não só os interesses da sua região, em particular, mas como de todo o Estado do Paraná eu o cumprimento pela presença de V. Exa. e de nossos colegas representantes do Noroeste e juntamente ao Sr. Governador ontem, reiterando, pedindo pleitos, sem dúvida alguma, os mais importantes do Paraná, mas que ainda não são de ontem, são de anos e oxalá, Sr. Presidente, o Governo do Paraná agora, com Jaime Lerner, encontre solução para essas obras tão importantes para a vida econômica e social do Estado.

Mas o que venho, particularmente, Sr.

Presidente, nobres colegas, a esta tribuna, registrar o meu agradecimento, o agradecimento do município de Colorado, e o seu Prefeito Cláudio Ático (?) pela notícia, pela informação que recebi ontem da Secretaria do Governo, diretamente do Dr. Giovanni Gioneves, quando ainda na tarde de ontem o Sr. Governador autorizara a construção da rodovia curtíssima, três mil e duzentos metros de extensão, que ligará o Distrito de Alto Alegre, do município de Colorado, a grande Usina de açúcar e de álcool, a Usina Junqueira, naquele Distrito.

Esta rodovia, esta obra, já foi objeto de convênio entre o Estado e aquela empresa interessada diretamente, juntamente com o município de Colorado, já no ano anterior, mas em virtude das eleições, da mudança de Governo e de orientação administrativa, aquele convênio deixou de ser realizado, e agora por determinação do Sr. Governador, por proposta da Secretaria dos Transportes, porque o Sr. ex-Deputado, Deni Schwartz, Secretário dos Transportes, interessou-se pessoalmente e tratou deste assunto e pessoalmente porque era uma obra já iniciada, com trabalho e aqui faço menção pelo trabalho desenvolvido pelo Deputado José Tavares que recebeu a maior votação naquele...

(Término do tempo)

Uso o Horário do Partido, Sr. Presidente.

...sem dúvida alguma também o trabalho do Deputado José Tavares em favor da realização dessa obra, que, repito, embora a sua extensão seja de apenas três mil e duzentos metros, para aquela indústria mais importante de Colorado, porque propicia mão-de-obra, trabalho e geração de impostos, é sem dúvida, para aquela região a estrada mais importante do Paraná.

Cumprimento o Sr. Governador e até, concluindo, Sr. Presidente, lá no município de Colorado o Governo também, através da Secretaria da Educação e dos Transportes, iniciou a construção da estrada Jupira, desse projeto e dos "Caminhos da Educação", estrada com três metros e sessenta de largura, de baixo preço, de preço bem reduzido, a exemplo do que implantou no Paraná, há poucos anos, o Governador Jaime Canet, com as famosas cascas de ovo. Cascas de ovo que estão servindo o Paraná com transporte pesado há mais de quinze anos e estão aí, quase da mesma forma quando o Governo Jaime Canet entregou.

Espero que este projeto novo, parece-me "sui generis" no Brasil, uma experiência talvez, desejo que o seu resultado alcance êxito numa hora difícil que atravessa a economia brasileira o Governo do Paraná, com a sensibilidade de oferecer melhor educação às nossas crianças e melhor

condição de vida àqueles que vivem na zona rural, inicia agora; e para nós particularmente com muita satisfação teremos inaugurada a primeira rodovia desse projeto na cidade, no Município de Colorado.

Portanto, Sr. Líder do Governo, peço transmitir ao Governador do Estado e ao ilustre Secretário Deni Schwartz, como também extensivamente ao Secretário de Educação, não só os nossos cumprimentos, mas o agradecimento do Deputado Basílio José Tavares, desta Casa, ao Governo, desejando que esse projeto que se inicia agora tenha êxito pleno, que é a expectativa de todos nós.

O SR. NELSON TURECK (Pela Ordem) - Só para registrar a presença dos Vereadores de Campo Mourão, Julio Vieira, Itamar Agostinho Tagliriari e também Luís Carlos Kelvi (?).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças, Deputado Sérgio Spada com a palavra.

O SR. SÉRGIO SPADA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vivemos naturalmente um quadro político partidário muito confuso a nível nacional. Não sabemos o que vem aí de reforma partidária, de reforma eleitoral. Enfim, muitas notícias na maioria das vezes desconstruídas. E nós, a Bancada do Partido Progressista, em especial aqui na Assembleia Legislativa, vivendo enorme dificuldade em função da incerteza do nosso futuro.

Diante disso essa semana resolvi convocar a Bancada do PP para, conversando com os companheiros, os nobres colegas Parlamentares, Deputados Estaduais do PP, fazermos uma avaliação do momento e tomar-mos enfim uma posição; porque a impressão que eu tinha, certamente a sociedade paranaense tem, é de que a Bancada está perplexa diante dos acontecimentos. É natural que isso ocorra, até porque perdemos as nossas maiores lideranças no Partido, o ex-Governador, Álvaro Dias, o Senador Osmar Dias, até porque toda a Executiva do Partido no Estado do Paraná renunciou. Mas chegamos a conclusão de que não podemos nos omitir e temos que tomar posições. E foi realmente alentadora a nossa reunião, particularmente o resultado desse encontro.

Chegamos a conclusão que pelo menos seis Parlamentares, Deputados Estaduais, confirmam e mantêm a filiação no Partido Progressista, o sétimo, Deputado Geraldo Cartário, não temos tido contato nos últimos tempos, não sabemos enfim a posição final dele, mas esperamos que também se mantenha no PP. E é para isso que comunico

essa Casa, a imprensa, ao Estado do Paraná, que a Bancada do PP continua unida, coesa, atuando em conjunto, dando sustentação logicamente ao Governo do Estado, e marcando posição como Bancada nesta Casa. Como também um grupo de Parlamentares se propuseram a compor a nova Executiva provisória Regional do Partido e já encaminhamos esses nomes para Brasília para que o Diretório Nacional tome as devidas providências. O Deputado Zucchi foi sugerido para ser o Presidente dessa Comissão mais a Deputada Irondi Pugliesy, mais os Deputados Joel Coimbra, este Deputado, Duílio Genari, Annibelli, Cartário, vamos continuar tocando esse nosso Partido até que fatos novos ocorram, até para que participemos efetivamente dos acontecimentos políticos do Estado do Paraná.

Não sabemos exatamente o que vem aí, em termos de fusão, incorporação, mas queremos saber e queremos acompanhar; o fato é que não vamos admitir que negociem, falem em nosso nome, em termos de composição, acertos, fusão e incorporação e ficarmos à margem desse processo.

Para fazer esse registro é que estou ocupando a tribuna.

Muito obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. registrasse a presença nesta Casa dos Vereadores de Lobato e do Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria dos Srs. Deputados Duílio Genari, Albanor Gomes e Ricardo Chab, com apoio do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 159/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública o

Centro de Estudos Ambientais e Urbanos, com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 47, de 09.05.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 159/95

PARECER:

Tendo em vista a justificativa apresentada pelo nobre Deputado Algaci Túlio, autor do projeto que visa declarar de Utilidade Pública o Centro de Estudos Ambientais e Urbanos, cujo objetivo maior é a conscientização ambiental para melhorar a qualidade de vida na Capital do Estado. Somos pelo parecer favorável à aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 15.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 224/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores de Caieiras - AMOCA", com sede e foro no Município de Guaratuba. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 71, de 19.06.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 224/95

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores de Caieiras, em Guaratuba.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância do Município de Adrianópolis. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 72, de 20.06.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 229/95

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por

essa Casa, a imprensa, ao Estado do Paraná, que a Bancada do PP continua unida, coesa, atuando em conjunto, dando sustentação logicamente ao Governo do Estado, e marcando posição como Bancada nesta Casa. Como também um grupo de Parlamentares se propuseram a compor a nova Executiva provisória Regional do Partido e já encaminhamos esses nomes para Brasília para que o Diretório Nacional tome as devidas providências. O Deputado Zucchi foi sugerido para ser o Presidente dessa Comissão mais a Deputada Irondi Pugliesy, mais os Deputados Joel Coimbra, este Deputado, Duílio Genari, Annibelli, Cartário, vamos continuar tocando esse nosso Partido até que fatos novos ocorram, até para que participemos efetivamente dos acontecimentos políticos do Estado do Paraná.

Não sabemos exatamente o que vem aí, em termos de fusão, incorporação, mas queremos saber e queremos acompanhar; o fato é que não vamos admitir que negociem, falem em nosso nome, em termos de composição, acertos, fusão e incorporação e ficarmos à margem desse processo.

Para fazer esse registro é que estou ocupando a tribuna.

Muito obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. registrasse a presença nesta Casa dos Vereadores de Lobato e do Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria dos Srs. Deputados Duílio Genari, Albanor Gomes e Ricardo Chab, com apoio do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 159/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública o

Centro de Estudos Ambientais e Urbanos, com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 47, de 09.05.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 159/95

PARECER:

Tendo em vista a justificativa apresentada pelo nobre Deputado Algaci Túlio, autor do projeto que visa declarar de Utilidade Pública o Centro de Estudos Ambientais e Urbanos, cujo objetivo maior é a conscientização ambiental para melhorar a qualidade de vida na Capital do Estado. Somos pelo parecer favorável à aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 15.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 224/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores de Caieiras - AMOCA", com sede e foro no Município de Guaratuba. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 71, de 19.06.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 224/95

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores de Caieiras, em Guaratuba.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção a Maternidade e Infância do Município de Adrianópolis. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 72, de 20.06.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 229/95

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por

constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL: dos Projetos de Lei n°s 017 e 064/95.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 159, 224, 229, 240 e 241/95.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 303 e 304/95.

Levanta-se a sessão.